O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado José Américo Lula da Silva.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, pegando uma carona positiva no pronunciamento feito pelo nosso Coronel Telhada, sempre preocupado com Segurança, muito bem proposto, realmente, é lastimável a violência no País. As mortes de policiais que o Coronel Telhada citou aqui são dignas de nosso manifesto de solidariedade. Lastimamos que isso aconteça.

Pegando carona no pronunciamento do Coronel Telhada, e aproveitando também a presença do Coronel Camilo, falando com nosso governador Márcio França, uma pessoa sensível, está na hora de fazer um plano de recuperação salarial da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Os salários dos nossos policiais militares e civis estão muito defasados. Comparando com outros estados mais pobres, Sergipe, por exemplo, que eu me lembro, tem um salário de policial melhor que o nosso. Sei que não é possível resolver tudo de uma vez, mas seria importante que o novo governador Márcio França fizesse um plano de recuperação dos salários da nossa Polícia Militar e da Polícia Civil.

É muito importante. Polícia boa é polícia bem paga. Sabemos que em outros momentos da história do estado de São Paulo, havia aqueles conjuntos para policiais. Muitos falavam, às vezes, mal, que era privilégio.

Conjunto para policial é o seguinte: os policiais não podem morar em qualquer lugar. Eles precisam ter condições de morar em lugares onde eles fiquem mais protegidos, porque o policial deixa a farda, deixa a arma, sai do pelotão, vai para casa e precisa estar relativamente protegido. Portanto, ficar em conjuntos comuns era uma forma inclusive de proteger a vida dos policiais. Essas coisas são importantes, se nós queremos melhorar nossa polícia.

Polícia é fundamentalmente fator humano. E fator humano significa investir em formação, treinamento e salário. Basicamente é isso.

Gostaria de abordar um outro assunto. Ontem fiz uma fala talvez um pouco generalizada, e eu mesmo fiquei preocupado, que pudesse passar uma imagem muito dura em relação à Promotoria do Estado de São Paulo.

Eu me baseei no estudo da Luciana Zaffalon, uma pesquisadora da Faculdade Getúlio Vargas. Ela fez um estudo, entre os anos de 2001 e 2015. Ela mostra que nesse período o Governo do Estado não perdeu nenhuma ação na Justiça do Estado de São Paulo. Todas as ações feitas contra o Estado foram derrotadas. A Luciana é muito crítica, dizendo que a Justiça e o Ministério Público do Estado de São Paulo, de um modo geral, estão abrindo mão do seu papel de fiscalização do Estado.

Li a tese da Luciana, e acho que ela está totalmente correta. De um modo geral, a Justiça e o Ministério Público não estão cumprindo seu papel. Fica aí o desafio para o Dr. Smanio, que acaba de assumir, por mais um mandato, sua função de procurador-geral. Muito boa sorte, Dr. Smanio. Fica aí o desafio para que o Ministério Público seja realmente fiscalizador do estado de São Paulo, fiscalizador da lei.

Temos que fazer algumas exceções. Temos alguns promotores públicos, no estado de São Paulo, que fazem jus à Promotoria. Então, não são todos. Infelizmente, eu acho que uma parte grande tem uma ideia talvez excessivamente flexível, excessivamente generosa com relação ao poder do Estado. Acho que o Ministério Público não pode ter diferenciação com partido político, não pode ter aquele festival de pedido de informação para uma gestão da prefeitura quando ela está com o PT e, depois, quando entra outro partido diminui; isso não pode acontecer.

Mas temos alguns promotores públicos que fazem jus à tarefa e que merecem os nossos parabéns. Por exemplo, o Dr. Cristino, o Dr. Maurício Lopes, o Dr. Milani, que foi um dos que fizeram a denúncia dos seis presidentes do Metrô, que foram acusados de conivência, desleixo e até de improbidade administrativa, por conta de terem comprado aqueles trens de 650 milhões de reais, e de terem gasto aquela quantidade incrível de dinheiro antes que a linha Lilás ficasse pronta. Isso causou um prejuízo muito grande ao Estado brasileiro.

Quero deixar registrado aqui que fiz um pedido de esclarecimento ao atual presidente do Metrô, que é um dos processados. Eu não estou querendo criminalizar ninguém. Essa história de que porque acusou o cara é criminoso não está certo; não é assim. Mesmo sabendo que a acusação vinda do Dr. Milani e de alguns outros promotores que eu conheço é, certamente, uma acusação muito bem fundamentada, quero dizer o seguinte: o Metrô vai ter que explicar. E eu estou fazendo várias perguntas para o atual presidente do Metrô. Primeiramente, qual a razão que o Metrô dá para ter comprado esses carros antes? Em segundo lugar, qual o prejuízo presumível que ocorreu? Em terceiro lugar, se eles estão dizendo que não têm culpa, eles pediram para abrir alguma sindicância, e se houve, qual foi o resultado dessa sindicância e quais foram as medidas tomadas contra os funcionários que cometeram esse erro?

São coisas que eu estou perguntando ao atual presidente do Metrô, até para que possamos, eventualmente, amenizar o envolvimento de alguns e agravar o envolvimento de outros.

Sr. Presidente, era isso, basicamente, que eu queria falar. Quero deixar um grande abraço para V. Exa., e para os deputado aqui presente, deputado Coronel Camilo, deputado Rafael Silva e uma ótima sexta-feira para todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo, pelo tempo regimental.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Doutor Ulysses, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, deputado Rafael Silva, meu professor deputado José Américo, sempre presidente da Câmara, telespectadores da TV Alesp, e não tem como não fazer coro com o que falou o nosso professor deputado José Américo. Governador Dr. Márcio França, que está assumindo, precisamos fazer o reconhecimento do policial de São Paulo. Falo mais da Polícia Militar porque sou oriundo da carreira. Aliás, o grande privilégio da minha vida foi ter comandado a Polícia Militar de São Paulo. Temos tanta gente boa, tanta gente fazendo acontecer, tanta gente salvando vidas, ajudando as pessoas e esse reconhecimento precisa vir sempre. Por isso é que o nosso governador, nosso chefe maior, é quem pode fazer isso. Esperamos que o governador Márcio França caminhe nessa linha.

Falando em reconhecimento, como comandante Geral, fizemos um empenho muito grande junto ao Governo do Estado, professor deputado José Américo, e conseguimos manter a previdência dos policiais militares; nós mantivemos a previdência. Todo policial militar de São Paulo tem a paridade e a integralidade graças à ação da minha equipe de comando. Se não fosse assim, nós estaríamos na vala comum do funcionalismo público.

Para você entender, você que está me acompanhando agora, todo o funcionalismo público do estado de São Paulo está no plano de previdência do Estado. O que significa isso? Todos, quando se aposentarem, quem entrou depois de 2013 na carreira pública vai ter o limite de cinco mil reais, que é o teto da Previdência do estado de São Paulo. Não vai passar disso. Quem quiser ter um salário um pouco melhor tem que pagar um plano de Previdência, como as pessoas do mundo civil fazem o VGBL, o PGBL.

Naquele momento, em outubro de 2011, veio para cá um plano de Previdência acabando com a Previdência também dos policiais. E por que nós fomos contra, como comandante-geral? Por corporativismo? Não, mas porque o policial tem uma série de restrições de direitos. Ele não recebe adicional de periculosidade, não recebe adicional noturno, não recebe hora extra, também não tem Fundo de Garantia, ou seja, uma série de benefícios pecuniários. Além disso, ele tem deveres muito mais fortes: dois Códigos Penais - o Código Penal Civil, o Código Penal Militar, um regime disciplinar forte, precisa estar pronto a qualquer momento do dia ou da noite. Então, nada mais justo do que ser reconhecido com a Previdência. E graças ao empenho do comando da instituição, naquele momento, hoje há a paridade, ou seja, quando houver aumento da ativa, há aumento também dos veteranos e a integralidade, ou seja, passa para a Reserva recebendo o mesmo salário.

E além disso, o que nós fizemos? Sempre fizemos o reconhecimento. Criei uma figura, no comando da PM, chamada Café com o Comandante. Chamávamos os policiais do Estado inteiro, meia dúzia de cada vez. Fiz 70 cafés da manhã, e dava um diploma de reconhecimento. Quem vinha? Os que haviam participado de alguma ocorrência importante. Eu sentava, literalmente, com os policiais militares, ou seja, o comandante maior de uma instituição sentando com quem está na ponta da linha, desenvolvendo esse bom trabalho, que é o soldado da Polícia Militar, o cabo da Polícia Militar.

Dessa forma, sempre trabalhei por toda a carreira policial militar, de soldado a coronel. Quando no comando, presidente, o governador chegou a oferecer um aumento só para os oficiais. Somos contra, ou dá para todos ou para ninguém. Brigamos e conseguimos aumento, 15% num ano, 11% no outro para toda a tropa, de soldado a coronel. É assim que vou trabalhar sempre nesta Casa de Leis. Então, quando propostas forem feitas que não atinjam toda a Polícia Militar, não vou ser contra, de maneira nenhuma, cada um tem o direito de brigar pela sua parte, mas vou defender sempre as minhas convicções, trabalhar por todos, trabalhar pela família policial militar, pela dignidade do policial militar, de soldado a coronel.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva.

O SR. RAFAEL SILVA - PSB - Sr. Presidente, nobres colegas, o colega Giannazi que defende o funcionalismo, o professor, tem uma linha de atuação de independência. Isso é importante.

O deputado Coronel Camilo falou aqui da realidade da Polícia Militar, os policiais militares que são vítimas e que depois passam a viver na marginalidade, ou seja, vivem à margem da realidade dos policiais da ativa. Por quê? São abandonados pelo Poder Público e muitas vezes passam a receber um salário muito inferior, inclusive não tendo condições de cumprir com suas necessidades, precisando até mesmo da ajuda de entidades da Polícia Militar.

Não temos uma política adequada para valorizar este servidor que coloca a sua vida em risco todos os dias, não só pela ação de combate à criminalidade, mas pelo fato simplesmente de ser policial. Já foi dito aqui que quando ele é identificado pelos bandidos ele passa a estar condenado à morte.

Ele acaba reagindo por necessidade, não apenas por vontade ou por instinto, por necessidade. Ele sabe que de um jeito ou de outro ele é alvo e o bandido vai querer acabar com a sua vida. Então, aqueles que defendem essa categoria o fazem de forma clara, o fazem com todos os méritos, porque realmente a Polícia Militar, os policiais, além de receberem um ordenado que não satisfaz as suas necessidades, eles são totalmente expostos, moram em bairros periféricos.

Infelizmente, não é nem bom falar, não é agradável falar, mas nos bairros periféricos a criminalidade está presente de forma mais dura, mais cruel. Thomas Hobbes, um filósofo que nasceu em 1588, muito tempo atrás, falou do Leviatã, de um monstro sagrado capaz de controlar o comportamento das pessoas. Inclusive, a teoria dele não é muito aceita. Ele entende que deveria haver ou deve haver um governo todo poderoso capaz de falar em nome das pessoas para que ninguém faça uso das próprias razões.

Então, mesmo condenado por muitos pensadores, o ideal dele é de que o homem é o lobo do homem e o homem não hesita em matar e aniquilar o outro que é seu semelhante. Ele entende que o contrato social, ou seja, a ação de um governante ou de um grupo de pessoas deve prevalecer sobre os interesses individuais. Esse pensamento dele tem que ser muito bem analisado. Depois, nós tivemos outros pensadores que tiveram uma ideia talvez até mais clara. John Locke já é mais novo, nasceu em 1632 e depois nós tivemos Jean Jacques Rousseau com ideias brilhantes e claras.

Então, a sociedade humana é complexa, é complicada e se nós não tivermos realmente uma vontade política muito grande e pessoas capacitadas para determinarem políticas sociais amplas, nós nunca vamos resolver o problema da criminalidade no Brasil. O crime é produzido hoje através da criança e do adolescente, ou seja, produzimos hoje o bandido de amanhã.

Educação e outras coisas mais devem ser implantadas para que a gente tenha um Brasil muito melhor no futuro, inclusive com pessoas mais conscientes, capazes de escolherem melhor seus representantes.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, na segunda-feira, apresentei aqui uma gravíssima denúncia de uma escola que visitei, fotografei, fiz vídeos e acionei o Ministério Público Estadual, acionei o Tribunal de Contas, acionei a Comissão de Educação e Cultura, porque essa escola que visitei, a Escola Estadual Chácara das Corujas, é uma escola que representa muito, é o retrato da Educação do estado de São Paulo.

É o retrato da destruição do governo Alckmin e dos mais de 20 anos dos governos tucanos aqui em São Paulo. O governo, Sr. Presidente, continua fechando escolas e utilizando várias maneiras sorrateiras de fechar escolas. Essa escola que visitei está fechada há mais de quatro anos para uma pequena reforma de um piso que estava afundando. Há mais de quatro anos a escola foi fechada, tenho até as fotos da escola.

* * *

- É feita a exibição de fotos.

* * *

Essa escola fica na região do Grajaú, na Diretoria de Ensino Sul 3. Ela foi fechada porque tinha indício de afundamento de uma parte do piso do pátio da escola. Mas até hoje a FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação - não foi fazer a reforma da escola. Não houve a licitação, nenhuma empresa foi lá fazer a licitação. Apesar de todos os apelos, todos os movimentos e todas as denúncias que já tínhamos feito aqui há tempos, nada foi feito.

Há mais de quatro anos, as crianças que estavam matriculadas na Escola Estadual Chácara das Corujas estão em outras escolas distantes do bairro. A escola está totalmente abandonada. Isso é uma vergonha, é um escárnio ao estado de São Paulo. É uma irresponsabilidade sem precedentes, uma negligência, um descaso total com a Educação, com o equipamento público, com as nossas crianças e adolescentes, com os profissionais da Educação.

A escola foi totalmente abandonada. A Escola Estadual Chácara das Corujas foi inaugurada em 2001, ainda pelo Mário Covas. É uma escola de lata, uma escola precarizada, mas que atendia aproximadamente 700 a 800 alunos de um único bairro.

O fato é que a Secretaria da Educação, na sua ânsia de fechar escolas, o que fez? Transferiu os alunos para outras escolas da região. Uma delas ficava em uma região muito distante, ficava no bairro do Socorro, na Avenida Pinedo, a Escola Estadual Professor Iturbides Bolivar de Almeida Serra, que recepcionou essas crianças durante muitos anos. Durante quatro anos os alunos eram transportados desse bairro para o bairro do Socorro. Havia um custo com ônibus, quatro anos transportando.

Fico imaginando que o valor gasto com o transporte escolar, daria para ter feito a reforma da escola em quatro anos. Mas isso não aconteceu, a escola não foi reformada até agora. As crianças foram matriculadas agora em outra escola. Saíram dessa escola que citei e estão matriculadas na Escola Estadual Professora Maria Juvenal Homem de Mello, também da Diretoria de Ensino Sul 3.

Estão na diáspora, as crianças, porque estão longe da sua comunidade e do seu bairro. Estão em outra escola, que já é superlotada e já tem a sua capacidade esgotada. Têm-se duas escolas em uma única. Tudo isso, porque o governo não fez a reforma e abandonou a escola. Diz que vai fazer e nunca faz, apesar de todas as movimentações feitas pela comunidade e por nós aqui na Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, na verdade, isso é deliberado. Não é porque o governo não sabe fazer. É porque ele faz de propósito, porque ele pretende enxugar o orçamento da Educação. Ele entra na linha de investir menos em Educação. Ele começa a enxugar o orçamento e começa a fechar escolas. Por isso essa escola não foi reformada e reaberta imediatamente. Quatro a cinco anos se passaram.

Existem outras escolas na mesma situação. Refiro-me à Escola Estadual Professora Renata Menezes dos Santos, na região de Parelheiros, também na mesma situação. A escola foi desativada, passou por um incêndio em uma parte do prédio. Ela foi desativada e os alunos foram transferidos - isso foi há mais de cinco anos - para outra escola da região. O governo falou: "Nós vamos reconstruir a escola." Até agora, nada. A escola está totalmente abandonada.

O mesmo aconteceu com a Escola Estadual Hilda Ferraz Kfouri, na mesma região. Os alunos da Hilda Kfouri foram transferidos para outra escola, na mesma região: a Escola Estadual Herbert Baldus, também da Diretoria Sul 3.

Cito ainda outra escola na mesma situação, que foi desmontada por conta de um incêndio: a Escola Estadual Recanto Campo Belo. Na mesma situação, os seus alunos foram transferidos para outra escola.

Eu citei quatro escolas. Há outras. Mas, as quatro escolas não foram reconstruídas e não há nem sinal de reconstrução, apesar do compromisso assumido pela Secretaria da Educação. É tudo mentira, Sr. Presidente. O secretário Nalini já foi embora, não reconstruiu as escolas.

Parece-me que hoje ainda estamos sem secretário da Educação. Estamos acéfalos na Educação, não temos secretário da Educação ainda. O novo governador não nomeou um novo secretário. E essas escolas continuam lá, abandonadas, sem reforma, sem nada.

Isso é um absurdo total, é um descaso, Sr. Presidente. É por isso que eu acionei, mais uma vez, o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas, a Comissão de Educação aqui da Assembleia Legislativa, e já pedi que as cópias do meu pronunciamento fossem enviadas ao governador, ao próximo secretário de Educação, e que as providências sejam tomadas imediatamente.

Porque esta é a herança que o governo Alckmin deixou na Educação do estado de São Paulo: degradação total da rede física das nossas escolas, escolas fechadas, salas fechadas pelo governo, demissão em massa de professores, mais de 20 mil professores categoria "O" demitidos, professores sem receber os salários e as indenizações, tentativas de privatização por meio do SIS, superlotação de salas, violência nas escolas.

Esse é o saldo, é a triste realidade da rede pública de ensino. Vamos continuar cobrando, denunciando, visitando as escolas, pressionando, acionando o Ministério Público e o Tribunal de Contas, porque a situação na rede está insuportável, tanto para os alunos, como também para os servidores: professores, pessoal do quadro de apoio, agentes de organização escolar, agentes de serviço escolar, especialistas, coordenadores pedagógicos, diretores, supervisores.

Sr. Presidente, a situação é muito grave, então eu faço, mais uma vez, um apelo para o governador que assumiu, o Márcio França. Primeiro, para que ele nomeie um secretário de Educação que tenha compromisso com a Educação pública, que tenha trajetória, que tenha acúmulo na rede estadual; que conheça a rede, que seja, de preferência, da rede. Há grandes profissionais na rede, pessoas de carreira, professores de carreira, coordenadores, diretores, supervisores, que têm bagagem, história, acúmulo, que podem dar uma grande contribuição, do ponto de vista da gestão da Secretaria da Educação.

Mas, fico preocupado porque temos boatos de que talvez seja nomeado o atual presidente de FDE, que era prefeito de Botucatu, mas que não é da área, como fez o governador, nomeando para a Secretaria da Saúde.

Não posso deixar de fazer esse registro, porque estou indignado. O Márcio França começou mal com suas indicações. Nomear o ex-reitor da USP, Zago, para secretário de Saúde? O reitor que quase destruiu o Hospital Universitário da USP, do Butantã?

Ele detonou o hospital, Sr. Presidente. Tentou fechar o hospital, tentou transferir o hospital para a própria Secretaria da Saúde. Ele queria se livrar do hospital, ele destruiu aquele hospital. Há leitos fechados, a pediatria foi fechada na gestão dele. Milhares de pessoas ficaram sem atendimento na região do Butantã.

Como é que ele nomeia uma pessoa que foi reitor da USP, é médico e atentou contra a Saúde? Ele traiu a sua área tentando sucatear, degradar, terceirizar e destruir um hospital do porte do Hospital Universitário, o HU.

Tivemos que fazer um esforço enorme aqui, no final do ano passado, para aprovar uma emenda disponibilizando recursos para salvar o hospital universitário.

Então, começou muito mal, já com essa nomeação da Saúde, que nós somos totalmente contra. Espero que ele não repita essa mesma situação na Educação.

Nós vamos continuar cobrando, fiscalizando e denunciando. A situação na rede educacional pública está insuportável, em todos os níveis. Houve a destruição, a degradação da escola pública e diversos ataques aos nossos servidores.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão.

Antes, porém, esta Presidência adita à Ordem do Dia os seguintes Projetos de lei vetados:

- Projeto de lei nº 06/2007;
- Projetos de lei nº 236, 905 e 973/2017.

Esta Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 26 minutos.

* * *

20 DE ABRIL DE 2018
49ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA, CARLOS GIANNAZI e CEZINHA DE MADUREIRA
Secretário: CEZINHA DE MADUREIRA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão. Cancela a sessão solene em "Homenagem à comunidade russa em São Paulo", anteriormente convocada para as 20 horas de 24/05, por solicitação do deputado André Soares.
2 - CARLOS GIANNAZI
Discorre sobre o que vê como abandono, por parte do governo estadual, das escolas públicas. Cita exemplos de escolas desativadas há anos, à espera de reforma. Julga que o problema é resultado de uma política deliberada contra a educação pública em São Paulo.
3 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
4 - CORONEL TELHADA
Menciona sua participação em evento, em Jandira, em que se discutiu o tema da segurança. Dá conhecimento da morte de um cabo da Polícia Militar, durante assalto a um ônibus. Ressalta que um passageiro também foi morto na ocorrência. Critica as leis penais brasileiras.
5 - CEZINHA DE MADUREIRA
Assume a Presidência.
6 - CORONEL CAMILO
Concorda com o pronunciamento do deputado Coronel Telhada acerca da morte de um cabo da Polícia Militar e de um passageiro, durante assalto a um ônibus. Cita estatísticas sobre a morte de policiais em São Paulo. Critica reações, expostas nas redes sociais, ao episódio.
7 - CARLOS GIANNAZI
Tece comentários a reportagem, da "Folha de S. Paulo", a respeito da influência de políticos sobre as mantenedoras das creches conveniadas da cidade de São Paulo, bem como do valor excessivo do aluguel cobrado do Poder Público. Anuncia a exibição, na TV Assembleia, de programa em que se debateu o Sampaprev.
8 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
9 - PRESIDENTE CEZINHA DE MADUREIRA
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 23/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA - PP - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Cezinha de Madureira para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado André Soares, cancela a sessão solene convocada para o dia 24 de maio de 2018, às 20 horas, com a finalidade de "Homenagear a comunidade russa em São Paulo".

Nós temos uma lista com 31 deputados inscritos, mas vou chamar apenas os deputados que se encontram no plenário. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente e telespectador da TV Assembleia, eu tenho feito várias denúncias em relação ao abandono das escolas estaduais. Tenho ido pessoalmente às escolas, fazendo diligências, visitas e reuniões. A nossa assessoria toda faz isso o tempo todo - os nossos assessores, as pessoas vinculadas ao nosso mandato e os colaboradores.

No início desta semana, na segunda-feira, apresentei aqui a diligência que eu fiz em uma escola da zona sul, na região do Grajaú, a Escola Estadual Chácara das Corujas, que é uma escola abandonada pelo estado há mais de quatro anos. Essa escola atendia 700 alunos, mas precisava fazer uma pequena reforma em uma parte do piso que estava afundando.

O governo desativou a escola, transferiu os alunos para uma escola distante e até hoje não fez a reforma. O prédio está lá, totalmente abandonado. Eu mostrei fotos aqui, acionei o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Comissão de Educação. Quando fiz esse pronunciamento, na última terça-feira, disse que aquele era o triste retrato da Rede Estadual de Ensino.

Nós fizemos uma diligência em outra escola, na região de Parelheiros, a Escola Estadual Professora Renata Menezes dos Santos. Essa escola pertence à Diretoria Sul 3 e está na mesma situação, abandonada. Peço que sejam mostradas fotos da situação da escola. Nossa assessoria foi lá, tirou fotos, fez diligências. Eu fui pessoalmente a essa escola em outra ocasião, já tinha feito a denúncia, mas até agora a Secretaria da Educação nada fez. A FDE não reformou a escola, não reconstruiu a escola.

A escola está desativada, é mais uma escola desativada, e seus alunos foram matriculados em outra escola do bairro que já estava superlotada, inclusive dificultando o funcionamento dessa outra escola. Isso é um absurdo total. Os alunos são acomodados precariamente em outras escolas, e nós temos o drama da superlotação de salas na Rede estadual de Ensino, principalmente nas regiões mais afastadas da cidade, da periferia da cidade de São Paulo. Temos um grande um grande número de escolas com superlotação.

A Escola Estadual Renata Menezes dos Santos tem o nome de uma professora, inclusive fomos nós que apresentamos o projeto dando nome a ela. Era uma professora da nossa região, que faleceu e foi homenageada. Agora, Sr. Presidente, essa escola está nessa situação, fechada há três ou quatro anos. A FDE não foi fazer a reforma, e a Secretaria da Educação nada fez. Ela promete, emite sinais de que fará a reforma, mas até agora nada foi feito.

Portanto, essa é a situação da Escola Estadual Professora Renata Menezes dos Santos e da Escola Estadual Chácara das Corujas. É a situação também da Escola Professora Hilda Kfouri, que fica na mesma região. Todas essas escolas, por coincidência, são da mesma diretoria de ensino, a Diretoria Sul 3. Eu não sei o que é que acontece nessa diretoria de ensino.